



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 024-15, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo retomar o terreno doado ao São Pedro Futebol Clube, com base na Lei Municipal nº 1.267, de 12 de maio de 1983.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo retomar o terreno doado ao São Pedro Futebol Clube porque o donatário não tomou posse do imóvel, encerrou suas atividades e não construiu no terreno doado, sua sede social, portanto não cumpriu a condição estabelecida na Lei Municipal nº 1.267, de 12 de maio de 1983, que autorizou o Poder Executivo fazer a doação.

Art. 2º A reversão do domínio útil do terreno nº 12, da quadra nº 06, entre os alinhamentos 19/20 NS e 11/12 LO, ao Patrimônio do Município, será realizado com a lavratura de Escritura Pública no Tabelionato desta Comarca e será assinada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Será revertido ao Patrimônio do Município o domínio útil do terreno número 12, da quadra número 6, entre os alinhamentos 19-20 NS e 11-12 LO. Tem esse terreno a área de 1.062,60 m², com as seguintes dimensões e confrontações: ao Norte, por uma linha de 33 m, limitando-se com o terreno número 13; ao Sul, por uma linha de 33 m, limitando-se com a rua Pascoal Minogio; a Leste, por uma linha de 32 m 20 cm, limitando-se com o terreno número 11; e finalmente a Oeste, por uma linha de 32 m 20 cm, limitando-se com a rua São Francisco, imóvel objeto R.1 – Matrícula 6.775 do Registro Imoveis, desta Comarca.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 024-15, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando a Vs. Sas. o presente projeto de lei, que se faz necessário porque o Poder Executivo constatou que o Município, autorizado pela Câmara Municipal, fez a doação do domínio útil do terreno nº 12, da quadra nº 6, entre os alinhamentos 19-20 NS e 11-12 LO, ao São Pedro Futebol Clube, para a construção de sua sede social, todavia o donatário no prazo de dois anos contados da publicação da Lei Municipal autorizativa nº 1.267, de 12 de maio de 1983 (cópia anexa) não cumpriu o estabelecido no artigo 1º, da referida Lei, que destinava o terreno para construção da sede social do donatário, perdendo o direito sobre o terreno doado, inclusive a entidade está inativa há muitos anos e nem se quer chegou tomar posse do imóvel que deve ser revertido ao patrimônio do Município, como medida justa e Legal e para que ocorra a reversão através de Escritura Pública se faz necessário Lei Municipal autorizativa. O imóvel que será revertido ao Patrimônio do Município é objeto do R.1 – Matrícula 6.775 do Registro Imoveis, desta Comarca.

Estas, as razões que justificam o presente projeto.

GABINETE DO PREFEITO, EM 26 DE MARÇO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito